

An Independent
Member of BKR
International –
In principal cities
worldwide

www.mca.pt

www.bkr.com

Sede:

Lisboa

R. Visconde Moreira de

Rey, 14 Linda-a-Pastora

2790-447 Queijas

Delegações em Faro e

Portalegre

Telf.

21 424 88 40

Email sroc@mca.pt

NEWSLETTER

DEZEMBRO 2021



EM DESTAQUE

IES e SAFT (PT)

Em 31 de dezembro, foi publicada a Portaria nº 331-C/2021, que veio aprovar os novos modelos da declaração e anexos da Informação Empresarial Simplificada e procedeu à suspensão da forma como a informação prestada através da IES e os dados do ficheiro SAFT (PT) são disponibilizados às entidades destinatárias.

IRS- Tabelas de Retenção na Fonte

Em 2 de dezembro, foi publicado o Despacho nº 11943-A/2021 que aprovou as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2022.

Salário Mínimo Nacional

Em 9 de dezembro, foi publicado o Decreto-Lei nº 109-B/2021, veio aprovar a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida, para 705,00 euros.

Programa APOIAR

Em 23 de dezembro, foi publicada a Portaria nº 317-B/2021, vem proceder à alteração do Regulamento do **Programa APOIAR**.

LEGISLAÇÃO FISCAL

IRC - IES

- Anexo R

A Portaria nº 331-C/2021, de 31 de dezembro, aprova o modelo de impresso relativo ao **anexo R** do modelo declarativo da Informação Empresarial Simplificada - Informação Estatística - entidades residentes que exercem a título principal atividade comercial, industrial ou agrícola, entidades não residentes com estabelecimento estável e Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (EIRL), para entrega da declaração em 2022, introduzindo melhorias relativamente à informação que já é solicitada pelo Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I. P.), bem como, para a inserção dos campos que contenham a insígnia e a área de venda do estabelecimento, a data de início da exploração e o tipo de localização necessários para o cadastro comercial da DGAE, regulado pelo regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 10/2015](#), de 16 de janeiro, garantindo-se, no entanto, a consistência global do impresso, independentemente da entidade a quem a informação reportada se destina.

[Portaria nº 331-C/2021 - Diário da República n.º 253/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-13-31](#)

- Anexos D, E e H e ficheiro SAFT (PT)

A Portaria nº 331-D/2021, de 31 de dezembro, aprova a folha de rosto e os modelos relativos aos anexos D, E e H do modelo declarativo da IES/DA, bem como procede à suspensão da forma como a informação prestada através da IES e os dados do ficheiro SAFT (PT) são disponibilizados às entidades destinatárias.

Os termos a que deve obedecer o envio da IES/DA e a submissão do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade, bem como a forma como a informação prestada através da IES e os dados do ficheiro SAF-T (PT) são disponibilizados às entidades destinatárias, nos termos definidos pela [Portaria n.º 31/2019](#), de 24 de janeiro, é apenas aplicável à IES/DA dos períodos de 2023 e seguintes, a entregar em 2024 ou em períodos seguintes.

[Portaria nº 331-D/2021 - Diário da República n.º 253/2021, 3º Suplemento, Série I de 2021-12-31](#)

CPPT – Novo regime de Pagamento em Prestações de Impostos (antes de execução fiscal)

O Decreto-Lei nº 125/2021, de 30 de dezembro, altera o regime de pagamento em prestações de tributos nas fases pré-executiva e executiva e aprova regimes excepcionais de pagamento em prestações no ano de 2022.

Este regime aplica-se às dívidas dos seguintes impostos:

- a) Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (**IRS**);
- b) Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (**IRC**);
- c) Imposto sobre o valor acrescentado (**IVA**) quando a liquidação seja promovida oficiosamente pelos serviços;
- d) Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (**IMT**) quando a liquidação seja promovida oficiosamente pelos serviços;
- e) Imposto único de circulação (**IUC**).

[Decreto-Lei nº 125/2021 - Diário da República n.º 252/2021, Série I de 2021-12-30](#)

IRC - Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira

A Portaria nº 318/2021, de 24 de dezembro, vem definir os critérios de seleção dos contribuintes cuja situação tributária deve ser acompanhada pela Unidade dos Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira e revoga a [Portaria n.º 130/2016](#), de 10 de maio.

[Portaria nº 318/2021 - Diário da República n.º 248/2021, Série I de 2021-12-24](#)

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

A Portaria nº 310/2021, de 20 de dezembro, fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, [a vigorar no ano de 2022](#), em 512 euros.

[Portaria nº 310/2021 - Diário da República n.º 244/2021, Série I de 2021-12-20](#)

Imposto de Selo - Declaração Mensal de Imposto de Selo (DMIS)

A Declaração de Retificação nº 43/2021, de 20 de dezembro, vem retificar a [Portaria n.º 245/2021](#), de 10 de novembro, que altera e republica o modelo oficial da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivas instruções de preenchimento.

[Declaração de Retificação nº 43/2021 - Diário da República n.º 244/2021, Série I de 2021-12-20](#)

IRS

- **Alterações a Anexos da Declaração de Rendimentos**

A Portaria nº 303/2021, de 17 de dezembro, aprova os seguintes modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS, que se encontram publicados em anexo à portaria acima referida e que dela fazem parte integrante:

- Anexo B - rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos abrangidos pelo regime simplificado ou que tenham praticado atos isolados - e respetivas instruções de preenchimento;
- Anexo C - rendimentos empresariais e profissionais auferidos por sujeitos passivos tributados com base na contabilidade organizada - e respetivas instruções de preenchimento;
- Anexo G - mais-valias e outros incrementos patrimoniais - e respetivas instruções de preenchimento;
- Anexo G1 - mais-valias não tributadas - e respetivas instruções de preenchimento.

[Portaria nº 303/2021 - Diário da República n.º 243/2021, Série I de 2021-12-17](#)

- **Tabelas de retenção na Fonte – 2022 - Continente**

O Despacho nº 11943-A/2021, de 2 de dezembro, aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2022.

[Despacho nº 11943-A/2021 - Diário da República n.º 233/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-12-02](#)

- **Tabelas de retenção na Fonte – 2022 - Açores**

O Despacho nº 12408-A/2021, de 20 de dezembro, vem aprovar as tabelas de retenção na fonte, para vigorarem durante o ano de 2022, para os titulares de rendimentos do trabalho dependente e de pensões residentes na Região Autónoma dos Açores.

[Despacho nº 12408-A/2021 - Diário da República n.º 244/2021, Série II de 2021-12-20](#)

IUC e artigo 70º EBF

A Lei nº 84/2021, de 6 de dezembro, vem alterar as taxas previstas no Código do Imposto Único de Circulação e prorroga as medidas de apoio ao transporte rodoviário previstas no artigo 70º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, até 31 de dezembro de 2026.

[Lei nº 84/2021 - Diário da República n.º 235/2021, Série I de 2021-12-06](#)

Retenções na Fonte - Modelo 10

A Portaria nº 278/2021, de 2 de dezembro, vem aprovar a Declaração Modelo 10, Rendimentos e retenções - Residentes, e respetivas instruções de preenchimento em anexo à presente portaria, da qual fazem parte integrante, para cumprimento da obrigação declarativa prevista na subalínea ii) da alínea c) e na alínea d) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS e no artigo 128.º do Código do IRC.

[Portaria nº 278/2021 - Diário da República n.º 233/2021, Série I de 2021-12-02](#)

OUTRA LEGISLAÇÃO

Alterações legislativas a diversos diplomas legais

A Lei n.º 99-A/2021, de 31 dezembro, **vem alterar**:

- o Código dos Valores Mobiliários,
- o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo,
- o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas,
- o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria,
- os Estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários,
- o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e a legislação conexa.

[Lei n.º 99-A/2021 - Diário da República n.º 253/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-31](#)

Autarquias Locais

- Medidas no âmbito da Pandemia Covid 19

A Lei n.º 91/2021, de 17 de dezembro, vem prorrogar até 30 de junho de 2022 o prazo para a realização por meios de comunicação à distância das reuniões dos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais, alterando a [Lei n.º 1-A/2020](#), de 19 de março, que aprova medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

[Lei n.º 91/2021 - Diário da República n.º 243/2021, Série I de 2021-12-17](#)

- Sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento

O Decreto-Lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro, vem definir, para o ano de 2022, as tarifas e demais valores cobrados no âmbito dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento.

[Decreto-Lei n.º 124/2021 - Diário da República n.º 252/2021, Série I de 2021-12-30](#)

Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo

O Decreto-Lei nº 109-F/2021, de 9 de dezembro, veio alterar o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, transpondo a [Diretiva \(UE\) 2019/1160](#), de 20 de junho do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva Delegada 2021/1270, de 21 de abril da Comissão da União Europeia.

[Decreto-Lei n.º 109-F/2021 - Diário da República n.º 237/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-09](#)

Medidas de combate á corrupção

- **Regime geral de prevenção da corrupção**

O Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.

[Decreto-Lei n.º 109-E/2021 - Diário da República n.º 237/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-09](#)

- **Alterações ao Código Penal, Código do Processo Penal e leis conexas**

A Lei nº 94/2021, de 21 de dezembro, aprova medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção, alterando o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas.

[Lei n.º 94/2021 - Diário da República n.º 245/2021, Série I de 2021-12-21](#)

Registo online de representações permanentes de sociedades com sede no estrangeiro

O Decreto-Lei nº 109-D/2021, de 9 de dezembro, criou um regime de registo online de representações permanentes de sociedades com sede no estrangeiro e altera vários diplomas, transpondo parcialmente a [Diretiva \(UE\) 2019/1151](#), de 20 de junho do Parlamento e do Conselho.

[Decreto-Lei n.º 109-D/2021 - Diário da República n.º 237/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-09](#)

Regime da Concorrência - Setor do Turismo

O Decreto-Lei n.º 108/2021, de 7 de dezembro, vem alterar o regime da concorrência, o regime das práticas individuais restritivas do comércio e o regime das cláusulas contratuais gerais.

Com o presente decreto-lei, o legislador espera contribuir, no setor do turismo, para o estabelecimento de um mercado concorrencial, livre de práticas comerciais que desequilibrem as relações económicas e expurgado de cláusulas abusivas, contrárias à boa-fé nas relações económicas. Desta forma, protege-se e reforça-se o mercado nacional e comunitário, eliminam-se os entraves ao desenvolvimento e prosperidade das empresas e introduz-se equilíbrio e proporcionalidade nas relações comerciais.

[Decreto-Lei n.º 108/2021 - Diário da República n.º 236/2021, Série I de 2021-12-07](#)

Legislação do Trabalho

- Teletrabalho

A Lei n.º 83/2021, de 6 de dezembro, modifica o regime de teletrabalho, alterando o Código do Trabalho e a [Lei n.º 98/2009](#), de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

[Lei n.º 83/2021 - Diário da República n.º 235/2021, Série I de 2021-12-06](#)

- Salário Mínimo Nacional 2022

O Decreto-Lei n.º 109-B/2021, de 7 de dezembro, veio aprovar a atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida, para 705,00 euros e cria uma medida excecional de compensação que se traduz na atribuição às entidades empregadoras de um subsídio pecuniário correspondente a uma importância fixa por trabalhador que afigure a RMMG.

[Decreto-Lei n.º 109-B/2021 - Diário da República n.º 236/2021, 1.º Suplemento, Série I de 2021-12-07](#)

Medidas das Regiões Autónomas

- Região Autónoma dos Açores – Orçamento 2022

O Decreto Legislativo Regional nº38/2021/A, de 23 de dezembro, publica o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2022.

[Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A - Diário da República n.º 247/2021, Série I de 2021-12-23](#)

- Região Autónoma da Madeira – Orçamento 2022

O Decreto Legislativo Regional nº 28-A/2021/M, de 30 de dezembro, vem aprovar o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2022.

[Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2021/M - Diário da República n.º 252/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-30](#)

PROGRAMAS OPERACIONAIS / APOIOS

Medidas no âmbito da pandemia COVID 19

- Programa APOIAR

A Portaria nº 317-B/2021, de 23 de dezembro, procede à alteração do Regulamento do Programa APOIAR, por forma a minorar o impacto económico que resulta das medidas adotadas e da imposição de encerramento parcial durante o mês de janeiro de 2022.

[Portaria n.º 317-B/2021 - Diário da República n.º 247/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-12-23](#)

- Medida Estágios ATIVAR.PT

A Portaria nº 331-A/2021, de 31 de dezembro, procede à segunda alteração da Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto, que regula a medida Estágios ATIVAR.PT, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados, concedido pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., adiante designado por IEFP, I. P.

[Portaria n.º 331-A/2021 - Diário da República n.º 253/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-12-31](#)

Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PDR 2020

- **Jovens Agricultores**

A Portaria n.º 328-C/2021, de 30 de dezembro, vem estabelecer o regime de aplicação da operação 3.1.1 e 3.1.2 da ação 3.1, «Jovens agricultores», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente PDR 2020.

[Portaria n.º 328-C/2021 - Diário da República n.º 252/2021, 2º Suplemento, Série I de 2021-12-30](#)

- **Medidas Agroambientais**

A Portaria n.º 331/2021, de 31 de dezembro, vem proceder à alteração da legislação aplicável às Medidas Agroambientais PDR2020.

[Portaria n.º 331/2021 - Diário da República n.º 253/2021, Série I de 2021-12-31](#)

Sistema de Incentivos “Descarbonização da Indústria”

A Portaria n.º 325-A/2021, de 29 de dezembro, vem aprovar o Regulamento do Sistema de Incentivos «Descarbonização da Indústria» que tem como objetivo promover e apoiar financeiramente projetos que visem processos e tecnologias de baixo carbono na indústria, medidas de eficiência energética na indústria, incorporação de energia de fonte renovável e armazenamento e desenvolvimento de roteiros de descarbonização da indústria.

[Portaria n.º 325-A/2021 - Diário da República n.º 251/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-12-29](#)

Atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS)

A Portaria n.º 294/2021, de 13 dezembro veio atualizar o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), a partir de 1 de janeiro de 2022, para 443,20 euros.

[Portaria n.º 294/2021 - Diário da República n.º 239/2021, Série I de 2021-12-13](#)

CONTABILIDADE

COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (CNC)

A Comissão de Normalização Contabilística procedeu à divulgação de novas FAQ's para o setor público.

FAQ's para o Setor Público:

FAQ 45 –Reconhecimento dos inventários estratégicos e dos bens a transferir/transferidos gratuitamente ou por um valor simbólico, aprovada em 9 de novembro de 2021.

[FAQ 45](#)

FAQ 46 – Apuramento das liquidações a transitar (saldo da conta 0154), aprovada em 21 de dezembro de 2021.

[FAQ 46](#)

FAQ 47 – Período de transição do normativo anterior para o SNC-AP, aprovada em 28 de dezembro de 2021.

[FAQ 47](#)

INTERPRETAÇÕES / ORIENTAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL / JURISPRUDÊNCIA

- “IVAucher”

O Despacho n.º 12150/2021, de 15 de dezembro, do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, vem proceder à atualização automática do benefício «IVAucher» para consumidores que sejam sujeitos passivos de IVA ou sujeitos passivos da categoria B de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

[Despacho n.º 12150/2021, do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, Diário da República n.º 241, II Série de 2021/12/15](#)

Link útil

[Estamos On - Resposta de Portugal ao COVID 19](#)

A presente informação destina-se a ser distribuída entre clientes e colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta informação não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem expressa autorização do editor.

Caso deseje obter esclarecimentos adicionais contacte sroc@mca.pt

SERVIÇOS PRESTADOS

Síntese

AUDITORIA

- Auditoria Financeira e revisão legal das contas
- Auditorias com finalidades específicas
- Auditorias de cumprimento de contratos ou de normas
- Auditorias ao sector público
- Auditorias a projetos subsidiados
- Auditoria a demonstrações financeiras consolidadas
- Apoio administrativo e financeiro a micro e PMEs
- Auditoria Interna de médias e grandes empresas.

CONTABILIDADE

- Outsourcing/Business services
- Assessoria contabilística
- Preparação de demonstrações financeiras com base em diferentes normativos contabilísticos
- Consolidação de contas
- Processamento informático de contabilidade e elaboração de relatórios periódicos
- Processamento de salários

CONSULTORIA

- Avaliação de empresas
- Fusões / aquisições de empresas
- Serviços de “due diligence”
- Análise e desenvolvimento dos sistemas de controlo interno
- Apoio à seleção e desenvolvimento de sistemas de informação
- Estudos económicos e financeiros
- Elaboração de planos de negócios
- Análise e desenvolvimento dos modelos de organização e dos processos operacionais e administrativos
- Avaliação imobiliária
- Consultoria estratégica
- Preparação de candidaturas a fundos europeus
- Pareceres no âmbito do Processo extraordinário de recuperação de empresas (PEVE)
- Gestão financeira de microempresas e start-ups

FORMAÇÃO

- Formação em matérias contabilístico-fiscais

FISCALIDADE

- Assessoria fiscal
- Revisão de declarações fiscais
- Revisão de procedimentos e preparação de dossiers de preços de transferência
- Auditorias fiscais
- Assessoria na preparação de reclamações e impugnações
- Declarações para reembolso de IVA – clientes cobrança duvidosa e incobráveis